

Expectativas racionais e modelos econométricos



Por: Áurea Sousa
Professora Auxiliar do Departamento
de Matemática e Estatística
da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade dos Açores
aurea.st.sousa@uac.pt

Os agentes económicos, devidamente informados, podem utilizar toda a informação disponível sobre o comportamento atual e as previsões para o futuro da economia, de modo a anteciparem, de forma racional, as atitudes e políticas futuras do governo, reagindo em conformidade com as expectativas formadas e anulando em algum grau a efetividade dessas políticas. A dificuldade da política macroeconómica no que se refere ao alcance das suas metas levou a uma reconsideração das premissas da macroeconomia moderna, cuja génese tem por base a abordagem de equilíbrio das expectativas racionais. O pressuposto das expectativas racionais, formulado pela primeira vez por John Muth em 1961, popularizou-se após a publicação de um artigo de Robert Lucas e Leonard Rapping em 1969 sobre salário real, emprego e inflação.

A abordagem das expectativas racionais (em inglês, Rational Expectation (RE)) no âmbito da macroeconomia engloba duas componentes: a primeira é uma teoria referente às expectativas, que argumenta que os agentes baseiam as suas expectativas relativas a qualquer variável económica sobre toda a informação economicamente viável, além da contida no comportamento passado dessa variável, e que estes não cometem erros sistemáticos na formação das expectativas. Segundo esta abordagem os cidadãos, raciocinando em termos económicos, utilizam toda a informação relevante na formação de expectativas inerentes às variáveis económicas e utilizam a informação de que dispõem da melhor forma. De acordo com esta hipótese, os indivíduos corrigem os possíveis erros e modificam o modo como formam as suas expectativas, pelo que as mesmas estão, em geral, corretas. É de salientar, no entanto, que a hipótese das expectativas racionais contrasta com outras hipóteses referentes à formação de expectativas, tais como as adaptativas (em que se perspetiva uma mudança no valor da variável de maneira proporcional à diferença entre o último valor observado e a previsão relativa a este valor), as regressivas (em que se espera que a variável retorne a algum valor do passado) e as extrapolativas (em que se perspetiva a continuação das mudanças recentes de direção da variável). Assim, um cidadão que saiba, por exemplo, que o orçamento da Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) irá aumentar não baseia as suas expectativas relativamente ao valor desta variável unicamente no valor do último ano. Do mesmo modo, na eventualidade de ser anunciado no Jornal Oficial da R.A.A. que o orçamento da despesa corrente para 2017 é W (a preços

correntes), os cidadãos poderão utilizar esse valor como uma estimativa da despesa corrente de 2017 em vez do valor respeitante a 2016.

A segunda componente da abordagem das Expectativas Racionais é a “abordagem de equilíbrio das expectativas racionais”, a qual tem por objetivo construir toda a macroeconomia sobre fundamentos microeconómicos explícitos, nomeadamente, considerando a hipótese de que os indivíduos maximizam a utilidade, as firmas maximizam os lucros e os mercados estão equilibrados. Assim, esta abordagem atribui, por exemplo, os desvios de produção relativamente aos níveis normais e a rigidez dos salários a curto prazo à informação imperfeita, sendo por vezes designada, por esse motivo, por abordagem de equilíbrio do mercado com informação imperfeita.

A abordagem das expectativas racionais enfatiza a hipótese de que somente variações inesperadas na política monetária exercem efeitos reais; o importante papel da credibilidade nas intenções dos responsáveis pela política económica; a necessidade subjacente de se modelar, de modo explícito, os motivos microeconómicos e os incentivos que regem as ações e as respostas dos indivíduos; o papel das expectativas e o ajustamento à nova informação; e o alcance limitado das políticas de estabilização discricionárias.

As decisões económicas envolvem, muitas vezes, uma perspetiva do futuro, o que motiva a inclusão, nos modelos, de expectativas referentes ao valor futuro de alguma(s) variável(veis). Os modelos neste contexto são designados por “REFV models”, sendo de referir que a sigla REFV deriva do inglês “RE Models with Expectation of Future Variables”.

É de salientar a existência de uma ligação entre as expectativas racionais e a Macroeconomia, pelo que é importante uma maior consciencialização dos cidadãos para a importância, cada vez maior, da teoria das expectativas racionais, sendo de realçar que: i) As dificuldades a nível da definição do modo pelo qual as expectativas são construídas poderão originar erros nas previsões económicas, no que se refere aos efeitos de determinadas ações políticas sobre a economia; ii) As próprias expectativas são suscetíveis de serem afetadas pelas medidas políticas, pelo que eventuais falhas a nível da consideração dos efeitos da política sobre as expectativas poderão originar previsões incorretas sobre os efeitos dessas políticas.

Lucas argumentou que os modelos macroeconómicos existentes não podem ser utilizados eficientemente no estudo dos efeitos das variações políticas, uma vez que a reação das empresas e dos consumidores às variações no rendimento e nos preços depende das políticas em curso. Assim, é de crucial importância a modelação das respostas dos consumidores e das empresas a variações na política económica em

geral, mas em especial a nível do rendimento e dos preços. Note-se que Lucas não argumenta que não é possível a utilização de modelos econométricos no estudo das políticas, mas simplesmente que os modelos convencionais não são apropriados para esse efeito.

A existência de uma importante diferença entre os efeitos de uma mudança antecipada e os de uma mudança não antecipada em qualquer variável exógena é um elemento comum de todos os modelos RE, contrariamente ao que se verifica nos modelos em que as expectativas são formadas adaptativamente (ou como qualquer função fixa de dados do passado). A título ilustrativo, por exemplo, pode ser encontrado no trabalho “Expectativas Racionais: Uma aplicação à Previsão do PIB da Região Autónoma dos Açores” (Sousa, 1997), um modelo para a previsão do PIB dos Açores, no contexto das Expectativas racionais, o qual teve também o intuito de alertar para o perigo da utilização de modelos econométricos tradicionais na previsão das políticas económicas.

Embora seja recomendável encontrar modelos econométricos, em que as principais estatísticas associadas à sua estimação (R quadrado ajustado, estatística F, estatística T e estatística de Durbin-Watson) satisfaçam os critérios usuais de aceitação e consequente seleção de um modelo econométrico, é importante ter presente que os fatores que influenciam tanto a oferta como a procura também influenciam o PIB e que, na realidade, tanto a oferta como a procura são influenciadas por uma grande diversidade de fatores. Estes fatores podem ser de carácter puramente económico, tais como as expectativas da inflação, o estado geral da economia e o preço do petróleo. Outros são de carácter político, tais como eleições, mudanças de governo e guerras, enquanto outros são de natureza socioeconómica, tais como o aumento do desejo de consumir e a mudança de mentalidades. Consequentemente, não é surpreendente que, por vezes, ao contrário do que seria de esperar, boas previsões possam resultar de modelos com um R quadrado reduzido e com um ou mais coeficiente de regressão não significativos.

Dado que podem ocorrer acontecimentos inesperados, os resultados respeitantes a previsões futuras nem sempre são fiáveis, isto é, a previsão macroeconómica não é perfeita. No que se refere a eventuais acontecimentos inesperados, salienta-se que, por exemplo, a política económica pode ser diferente daquela que os previsores esperavam quando fizeram as suas previsões, o preço do petróleo pode baixar ou aumentar inesperadamente. Assim, nesta era da informação e da imagem, a inclusão das expectativas racionais em modelos e políticas macroeconómicas (modelos com expectativas racionais de variáveis futuras) é, sem dúvida, uma mais-valia.

Foto:DR

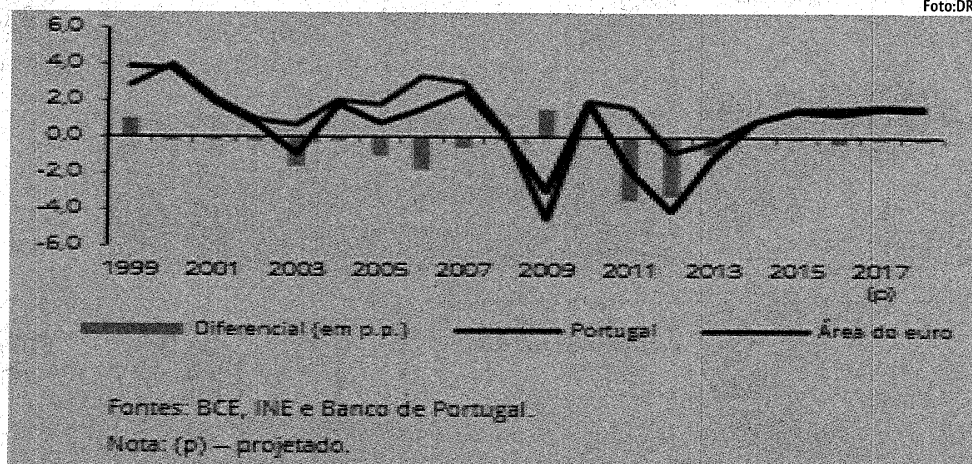


Figura 1. Crescimento do PIB em Portugal e na área euro: Taxa de variação em percentagem (imagem extraída do Boletim Económico (Junho 2016). Banco de Portugal).